



CÂMARA DE LOBOS

Câmara Municipal  
Praça da Autonomia  
9304-001 Câmara de Lobos  
geral@cm-camaradelobos.pt  
t. 291 911 080  
f. 291 944 499  
NIF: 511 233 620



Município de  
Câmara de Lobos

## CONCURSO PÚBLICO

### Aquisição de uma viatura ligeira com plataforma elevatória

### PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

# PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

## CONCURSO PÚBLICO

### Índice

Identificação do procedimento.....	3
Objeto .....	3
Entidade adjudicante .....	3
Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
Natureza do procedimento e critério de escolha .....	3
Preço base.....	4
Propostas variantes e negociação.....	4
Consulta das peças procedimentais.....	4
Órgão competente para prestar esclarecimentos e prazo .....	5
Modo de apresentação da proposta e documentos de habilitação.....	6
Critérios de adjudicação e de desempate .....	6
Documentos da proposta.....	7
Prazo para apresentação da proposta e dos documentos de habilitação .....	8
Manutenção das propostas .....	8
Documentos de habilitação .....	8
Redução do contrato escrito.....	10
Ajuste direto .....	10
Despesas e encargos .....	10
Caução.....	10
Legislação aplicável.....	10
ANEXO I -M .....	11
ANEXO II -M .....	13
ANEXO III .....	14



Câmara Municipal  
Praça da Autonomia  
9304-001 Câmara de Lobos  
geral@cm-camaradelobos.pt  
t 291 911 080  
f 291 944 499  
NIF 511 233 626



Município de  
Câmara de Lobos

### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

#### **Identificação do procedimento**

Concurso público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, com vista à aquisição de uma viatura ligeira com plataforma elevatória, para o Município de Câmara de Lobos.

### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

#### **Objeto**

1- O presente procedimento por Concurso Público tem por objeto a aquisição de uma viatura ligeira com plataforma eletrónica para o Município de Câmara de Lobos.

2- O objeto do presente procedimento insere-se na categoria de aquisição de veículos para usos especiais (34114000-9), de acordo com o CPV – Vocabulário Comum para os Contratos Públicos.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é o Município de Câmara de Lobos, com sede na Praça da Autonomia, 9304-001, Câmara de Lobos, com o telefone (+351) 291 911 080, fax (+351) 291 944 499 e correio eletrónico geral@cm-camaradelobos.pt.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por Sua Exa o Sr. Presidente da Câmara, no uso de competências próprias, previstas nas alíneas f) e g), do número 1, do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, conjugado com a alínea a), do número 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, também na sua redação atual e, das competências delegadas pela Câmara Municipal, através da proposta GPR-PR-057-2024, de 27 de março, publicado pelo edital Ref.ª 0088.2024.ED.SAG, de 02 de abril.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **Natureza do procedimento e critério de escolha**

1- Este procedimento insere-se no enquadramento legal de Aquisição de Bens Móveis, definido na alínea d) do n.º 2, do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/20008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, doravante apenas designado de CCP.

2- O concurso público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia foi escolhido através do critério do valor, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20 e no artigo 38.º do CCP, na sua redação atual.

### **Cláusula 6.º**

#### **Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante Acesso/Registo**

1- A plataforma de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante é a "AcinGov", acessível no sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

2- O acesso à plataforma eletrónica AcinGov é gratuito, devendo os interessados, para a ela aceder, efetuar o seu registo no referido endereço eletrónico.

3- A equipa AcinGov, tem à disposição de todos os interessados uma linha direta de apoio 707 451 451 ou através do e-mail: [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt).

4- Caso a equipa AcinGov não identifique qualquer anomalia na plataforma AcinGov, os interessados deverão ser os únicos responsáveis por quaisquer atrasos nos prazos de submissão de pedidos de esclarecimentos, erros e omissões, entrega de propostas, pronúncias em sede audiência prévia e reclamações à documentação de habilitação. No presente ponto incluem-se também todas ações que, no decorrer de um procedimento, estejam ao abrigo de um prazo obrigatório estipulado pela legislação em vigor.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Preço base**

1- Entende-se por preço base o valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, na sua duração global, incluindo prorrogações, quando previstas no Caderno de encargos.

2- O preço base total, ou seja, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto é de **118.000,00€** (cento e dezoito mil euros), acrescido do I.V.A. à taxa legal em vigor, quando devido.

3- Serão excluídas as propostas que ultrapassem o valor base fixado no número anterior.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Propostas variantes e negociação**

1- Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

2- As propostas apresentadas não serão alvo de negociação.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Consulta das peças procedimentais**

1- O presente procedimento rege-se pelo disposto no Programa de Procedimento, no Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como pelo disposto em quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do mesmo, designadamente os eventuais esclarecimentos e retificações que venham a ser realizados.

2- Os originais das peças do procedimento estarão disponíveis na Subunidade de Aprovisionamento, da Divisão de Recursos Humanos e Aprovisionamento do Município de Câmara de Lobos, com sede na Praça da Autonomia, 9304-001 Câmara de Lobos, com o telefone n.º (+351) 291 911 080 e fax n.º (+351) 291 944 499, endereço eletrónico [geral@cm-camaradelobos.pt](mailto:geral@cm-camaradelobos.pt), para consulta, a partir da data de publicação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, entre as 09H30 – 12H30 e as 14H30-16H30.



Câmara Municipal  
Praça da Autonomia  
9304-001 Câmara de Lobos  
geral@cm-camaradelobos.pt  
t. 291 911 080  
f. 291 944 499  
NIF: 511 233 620



Município de  
Câmara de Lobos

3- As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas, de forma livre, completa e gratuita, na Plataforma Eletrónica AcinGov em que será tramitado o procedimento, acessível em <https://www.acingov.pt>.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### Órgão competente para prestar esclarecimentos e prazo

- 1- Os esclarecimentos necessários a boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri e devem ser solicitados por escrito, através da plataforma eletrónica AcinGov, durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atual.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica AcinGov, até ao termo do segundo terço fixado para a apresentação das propostas conforme estipula o n.º 2 do artigo 50.º do CCP.

#### Cláusula 11.º

##### Erros e omissões do caderno de encargos

- 1- Até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, que digam respeito a:
  - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrarem que o interessado não considere exequíveis.
- 2- A apresentação da lista referida no n.º 1, por qualquer interessado, suspenderá o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto prazo daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no número 4 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
- 3- A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais de 60 (sessenta) dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.
- 4- Até o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no n.º 3, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e omissões, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
- 5- As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos números 3 e 4, serão publicitadas pela entidade adjudicante,

pela mesma forma em que foram as peças do procedimento e juntas a elas, devendo os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Modo de apresentação da proposta e documentos de habilitação**

- 1- As peças do presente procedimento são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, através do sítio eletrónico acessível em <https://www.acingov.pt>.
- 2- Para ter acesso à plataforma da AcinGov, deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt> e selecionar "Aderir".
- 3- A proposta e os documentos que o constituem assim como os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica AcinGov (<http://www.acingov.pt>), até ao prazo limite definido.
- 4- Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Critérios de adjudicação e de desempate**

- 1- A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade de monofator, no estrito respeito pelo estabelecido na alínea b), do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
- 2- Em caso de empate entre as propostas, proceder-se-á ao desempate através da realização de uma sessão pública de sorteio, com extração de bolas numeradas, a decorrer nos seguintes termos:
  - a) O sorteio tem lugar na sede da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, em dia e hora objeto de comunicação prévia aos concorrentes com propostas empatadas, a realizar para o endereço de correio eletrónico constante da plataforma de compras públicas "acinGov";
  - b) Os concorrentes ou os seus representantes que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva identificação ou credencial que lhes confira os necessários poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes;
  - c) O ato iniciar-se-á com a verificação dos documentos de identificação dos concorrentes e das credenciais dos seus representantes;
  - d) O Presidente do Júri nomeará oficiosamente um representante ad hoc para cada um dos concorrentes que não compareçam nem se façam representar no ato, o qual não poderá pertencer ao Júri nem ao Município de Câmara de Lobos;
  - e) Posteriormente, o Presidente do Júri procede à inserção das bolas numeradas em quantidade equivalente ao número de propostas empatadas num saco opaco e fechado, que permanecerá à vista de todos os presentes;



CÂMARA DE LOBOS

Câmara Municipal  
Praça da Autonomia  
9304-001 Câmara de Lobos  
geral@cm-camaradelobos.pt  
t. 291 911 060  
f. 291 944 439  
NIF 511 233 620



Município de  
Câmara de Lobos

- f) Seguidamente, a ordenação dos concorrentes, para efeitos de extração das bolas, será determinada pela maior pontuação obtida através do lançamento de dados realizado pelos mesmos concorrentes ou seus representantes (legais ou ad hoc);
- g) Pela ordem apurada, cada um dos concorrentes ou cada um dos seus representantes (legais ou ad hoc) extrairão uma bola do saco, sem olhar para o seu interior;
- h) O Júri procederá à ordenação das propostas dos concorrentes em função dos números extraídos por cada um deles ou pelos seus representantes (legais ou ad hoc), propondo a adjudicação da proposta que tiver obtido a bola com o número "1";
- i) Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

#### Cláusula 14.º

##### Notificação da decisão de adjudicação

- 1- A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.
- 2- Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato a celebrar para que este se pronuncie no prazo de 5 (cinco) dias, notificando ainda para, no prazo de 6 (seis) dias:
- a) Apresentar os documentos de habilitação;
  - b) Apresentar os documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável.
- 3- Caso a adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento, o adjudicatário é igualmente notificado para apresentar documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, identificando o Chefe do Consórcio.

#### Cláusula 15.ª

##### Documentos da proposta

- 1- Com a proposta deverão obrigatoriamente, ser apresentados os seguintes documentos:
- a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos (Anexo I-M) elaborada em conformidade com o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, na sua atual redação, conforme consta no **Anexo I** do presente programa;
  - b) Documento proposta que contenha a seguinte informação:
    - i. Preço total, com a exclusão do IVA, em algarismos e por extenso, em euros, prevalecendo em caso de dúvida, o preço por extenso;
    - ii. Preço total com IVA e respetiva taxa aplicável;
    - iii. Prazo de entrega da viatura;
    - iv. Ficha técnica do veículo proposto.

2- A proposta poderá ainda conter referências, aspetos ou factos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e contribuam para a boa compreensão da proposta relativamente ao equipamento que se propõe a fornecer.

3- A não entrega de qualquer dos documentos, bem como a não inclusão de todos os elementos solicitados neste artigo determinara a exclusão da proposta.

4- Quando a proposta e os documentos que a integram sejam apresentados por um agrupamento de concorrentes, devem os mesmos ser assinados eletronicamente por todos os agrupados ou, em alternativa, apenas por um membro do agrupamento, desde que neste último caso seja junto um documento de mandato em que os membros não apresentantes declarem aceitar ser representados no procedimento por aquele que submete a proposta.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Prazo para apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

1- O prazo limite para a apresentação das propostas é de 9 (nove) dias a contar da data de publicação do anúncio no serviço das publicações oficiais do Diário da República, até às 17:00 horas.

2- O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo máximo de 6 (seis) dias úteis, a contar da receção da notificação para o efeito.

3- O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 (dois) dias úteis.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Manutenção das propostas**

Os proponentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Documentos de habilitação**

1- Ao adjudicatário serão solicitados os seguintes documentos de habilitação:

- a) Cópia da Certidão do Registo Comercial ou código de acesso à Certidão Permanente;
- b) Declaração anexo II-M, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, (modelo constante do ANEXO II do Programa de Procedimento);
- c) Comprovativo da consulta eletrónica atualizada do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) ou autorização para efetuar essa consulta, acompanhada da indicação do código RCBE;
- d) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do código dos Contratos Públicos, a saber:





Câmara Municipal  
Praça da Autonomia  
9304-001 Câmara de Lobos  
geral@cm-camaradelobos.pt  
t. 291 911 080  
f. 291 944 499  
NIF 511 233 620



- i. Certificado do Registo Criminal do adjudicatário, pessoa singular ou coletiva, e, no caso de se tratar de pessoa coletiva, também os certificados dos seus gerentes/administradores;
- ii. Cópia da Certidão da Segurança Social com situação contributiva regularizada ou autorização para consulta on-line;
- iii. Cópia da certidão das Finanças em como não é devedor a Fazenda Publica por Contribuições e impostos ou autorização para a consulta on-line.

e) Documentos comprovativos do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação:

- i. Última declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato;
- ii. Última declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
- iii. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- iv. Anexo R do IVA, da última declaração periódica do IVA.

- f) Identificação completa da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, qualidade em que intervém(êm), com junção do(s) documento (s) que atribui(em) poderes para o efeito;

2- A documentação referida no número anterior deve ainda ser apresentada por todos os membros do agrupamento e/ou por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário. No decurso da execução do contrato a autorização do contraente público a subcontratação fica condicionada à apresentação daquela documentação relativa ao potencial subcontratado por parte do cocontratante;

3- Caso o concorrente e/ou algum membro do agrupamento concorrente não esteja legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações previstos na alínea d) do n.º 1 do presente artigo, devera apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem o obrigue, referindo expressamente essa situação, nos termos e para os efeitos do disposto no número 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2018/M, na sua redação atual, conforme modelo constante do **Anexo III** do presente Programa, caso aplicável;

4- Os documentos de habilitação devem ser apresentados, na Plataforma Eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, "AcinGov" em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

4- Para além das causas de caducidade da adjudicação previstos no n.º 1, do artigo 86.º do CCP, na Região Autónoma da Madeira, constitui igualmente causa de caducidade da

adjudicação o incorreto ou inadequado preenchimento dos documentos relativos as obrigações fiscais declarativas a apresentar pelo adjudicatário e ou subcontratados.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**

**Redução do contrato escrito**

O contrato a celebrar em consequência da adjudicação a efetuar no âmbito do presente procedimento, será reduzido a escrito.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

**Ajuste direto**

A entidade adjudicante reserva-se a possibilidade de realizar um procedimento de ajuste direto para a aquisição do bem em causa, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e do n.º 2, do artigo 24.º e, na alínea a) do n.º 1, do artigo 26.º do CCP.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

**Despesas e encargos**

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**

**Caução**

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.do. público para esse efeito.

**Cláusula 23.<sup>a</sup>**

**Legislação aplicável**

1 - As partes obrigam-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de Dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor a partir de 25 de maio de 2018, sendo que nos termos e para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, os eventuais dados pessoais que venham a ser transmitidos no presente procedimento serão tratados com a finalidade de gestão e conclusão daquele, ou para outras finalidades que decorram de obrigações legais a que o contraente público esteja adstrito.

2 - Em tudo o omissso no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o CCP, na sua versão atualizada, e demais legislação subsidiária, incluindo as adaptações ao CCP efetuadas pela Assembleia Legislativa da Madeira.



Câmara Municipal  
Praça da Autonomia  
9304-001 Câmara de Lobos  
geral@cm-camaradelobos.pt  
t 291 911 080  
f 291 944 499  
NIF 511 233 620

**ANEXO I -M****Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) .....

b) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a

caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação

da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA DE LOBOS

Câmara Municipal  
Praça da Autonomia  
9304-001 Câmara de Lobos  
geral@cm-camaradelobos.pt  
t. 291 911 080  
f. 291 944 493  
NIF 511 233 620



Município de  
Câmara de Lobos

**ANEXO II -M****Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO (caso aplicável)

[a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação]

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico disponível:

- ☐ Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido num dos quatro anos anteriores atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato); <sup>(3)</sup>
- ☐ Declaração de rendimentos e retenções residentes (modelo 10 e DMR); <sup>(3)</sup>
- ☐ Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES); <sup>(3)</sup>
- ☐ Anexo R do IVA; <sup>(3)</sup>

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup>].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.